

## TEORIA LITERÁRIA DEPOIS DA ESTÉTICA DE ADORNO

Matheus de Brito (Unicamp – CIEC/UC)<sup>1</sup>

**Resumo:** A ausência de parâmetros para efetuar juízos seguros não raro celebra-se de forma precipitada nos estudos literários. Um vago entusiasmo habita em torno da “*theory*”. Configurado segundo interesses particulares, a delimitação e estabilização do conhecimento disciplinar sucumbiram à impossibilidade de escapar aos “jogos de linguagem”, à vacuidade imanente às proposições, etc. – os des- e correlatos pós- que se conjugaram para novamente dar cabo do projeto “iluminista” de Humanidade. Conforme certas vozes, porém, sua impotência efetiva e sua inconsistência são a *felix culpa* da teoria. Há crise, há saída? Nosso trabalho aborda algumas questões da discussão e delineia, junto à obra de Theodor Adorno, outra forma de pensá-las.

**Palavras-chave:** Teoria literária; Crise das Humanidades; Estética.


*Para Fabio A. Durão, com alguns shibboleths*

Eu gostaria de começar pelo título de meu trabalho. Algo nele parece mal formulado. Aparentemente, tratar-se-ia do desenvolvimento disciplinar da Teoria Literária ou no contexto posterior ou sob influência da obra póstuma *Teoria Estética* de Theodor Adorno. O primeiro não tem grande relevância aqui, e quanto a essa influência, não se pode dizer que existiu. O título ainda sugere uma *teoria* hoje desenvolvida conforme uma linha “adorniana”, entre aspas, uma forma de teoria crítica já algo distante das atuais discussões do Instituto para Pesquisa Social em Frankfurt, e desenvolvida a passos lentos e confusos no contexto das traduções e aplicações de Adorno. *Estética* nesse sentido referir-se-ia às considerações de Adorno sobre arte e especialmente literatura, já não se restringindo ao texto da *Teoria Estética*. Nesse outro sentido, também o nosso contexto não conhece senão umas quantas vozes no deserto.

É preciso insistir na distinção: uma coisa é a *crítica literária* como atividade judicativa no interior de um sistema literário específico, outra coisa é a *teoria* como instância reguladora ou reflexiva das condições desse sistema. Enquanto *campo discursivo*, a teoria contemporânea nasce da disciplina acadêmica da Teoria Literária e está intimamente associada ao desenvolvimento de *teorias particulares* – ou seja, modelos explicativos – do fenômeno literário e outras práticas culturais, mormente linguisticamente mediadas. Seria possível, de qualquer modo, reconstruir uma espécie de

---

<sup>1</sup> Licenciado em Português (Universidade de Coimbra), Doutor em Teoria Literária (Universidade de Coimbra, em cotutela na Universidade Estadual de Campinas), membro do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos (CIEC/UC), atualmente realizando investigação pós-doutoral no IEL/Unicamp. Contato: <http://coimbra.academia.edu/MatheusdeBrito>




comentário a problemas de teoria literária por via da obra de Adorno. Para isso, primeiro temos de reconhecer alguma afinidade entre o atual campo discursivo da teoria e sua obra, já datada em cinco décadas. De seguida, seria preciso enfatizar os pontos em que o pensamento de Adorno poderia intervir de modo produtivo, e conforme o seu grau de necessidade. Por fim, essas condições e intervenções carecem de uma justificação, que aqui se deve delinear como o problema dos propósitos cognitivos, que determinam a validade dos estudos literários. Esses três temas organizam minha comunicação.

### **Uma afinidade**

Não é possível, nesse espaço, oferecer um retrato completo dessas instituições assombradas que são as Humanidades e os estudos literários. Se quisermos ter um instantâneo do assunto, porém, podemos olhar o *topos* da crise: o mundo está a acabar-se, as pessoas já não leem, ninguém se importa com a literatura, fim/morte da arte (agora na *tv* a cores), etc. Esse discurso subscreve o valor autoevidente e positivo, progressista, moralmente bom e democrático por natureza das instituições culturais burguesas. Mesmo quando essas instituições são questionadas, no mais das vezes só o são em nome de uma abonação daquilo que lhes ficaria às margens, não contemplado por sua promessa: de um lado ficam os defensores da *grande cultura* com cheirinho a naftalina, do outro, aqueles que a tal modo creem na mais-valia do lexema *cultura* que precisam projetá-lo novamente em produtos periféricos relativamente ao *cânone*.

Desde que os media de massa colonizaram a instituição decadente da vida privada, a palavra de ordem é a “representação”, entendendo-se com isso a participação política ou reconhecimento pelo discurso vigente. Pese que a socialização formal dos excluídos tenha um correlato jurídico-político essencial para a distribuição de justiça social por parte do Estado, imaginar a literatura como discurso hegemônico parece uma piada, e aliás uma piada de mau gosto. É uma politização histórica iníqua opor Machado de Assis à cultura de massas ou José de Alencar a Tati Quebra-Barraco, como se esse gesto fosse magicamente transformar as condições objetivas da população que vive à margem das garantias de dignidade, sem as quais nem mesmo a mais ingênua ideia de literatura é pensável. Aliás, perante as quais a ideia de literatura é simplesmente abominável. Nada confirma mais o que há de nocivo na ideia de *cânone* do que a concepção patrimonialista de cultura que provoca as exigências por sua ampliação. É muitas vezes a essa pacificação das classes, a essa reconciliação compulsória entre as instituições que espoliam os



homens e os próprios, que o discurso sobre a exclusão serve – e no entanto há que se salvaguardar aquilo que há de legítimo nessas exigências.

Para pensar um pouco sobre a (em certa medida inelutável) choldrabortra teórico-discursiva das Letras, trago aqui uma imagem datada do início dos anos 1970, uma de várias manifestações de outro *topos* muito interessante, hoje incorporado à anticrise:

A literatura torna-se uma justificação para o fim da hiperactividade [*sic*] interpretativa. A inexauribilidade torna-se uma justificação para cada nova geração de *scholars* literários que ganham o seu pão quotidiano com a emergência de novas interpretações (*apud* AGUIAR E SILVA, 1999, p. 37).

O Professor Mecklenburg aí exprime – ele, se se tratar de Norbert Mecklenburg, então um jovem *scholar* – mais do que uma recusa à aparente desqualificação da atividade interpretativa pelo arrasamento, em curso nos anos 1960 e 70, das tradicionais fronteiras que determinavam sua validade. O que parece ser um comentário chistoso às modas teóricas emergentes<sup>2</sup> ganha sério valor de verdade quando pensamos que esse *topos* do ganha-pão é quase uma década depois retomado por Siegfried Schmidt, da Ciência da Literatura Empírica e da revista *Poetics* (Holanda), ao referir-se à interpretação como atividade central no mercado acadêmico e como “vaca sagrada” (1983), além de ser continuado por Hans Gumbrecht, que dirá que a singular causa para a sobrevivência dos estudos literários é a inconsistência das suas premissas disciplinares (2007).


Aguiar e Silva oferece uma figura com contornos mais precisos:

A proliferação de métodos e de modelos teórico-críticos, o relativismo e o cepticismo que têm erodido internamente os estudos literários, o *topos* obsidante do «declínio» e da «morte» da literatura, a má consciência acerca da relevância social e escolar do ensino da literatura, mas também um dogmático aristocratismo que se compraz em bizantinas análises formalistas ou que eruditamente se refugia num historicismo míope, têm contribuído sem dúvida para descredibilizar aquele ensino (2010, p. 49–50).

Com efeito, o que o peçonhento *topos* do ganha-pão não diz é do reestabelecimento e início de ampliação da Universidade europeia no pós-guerra (RÜEGG, 2011), que se dá

---

<sup>2</sup> De uma perspectiva cronológica estrita, a disciplina de Teoria Literária tem três importantes momentos: sua delimitação no Entreguerras, sua institucionalização na Universidade do pós-Guerra, e sua fragmentação nos anos 80, que marca o processo iniciado nos anos 1960 com o “(pós-)estruturalismo”.




com o ingresso massivo de jovens que não tinham uma formação prévia relativamente à cultura erudita, senão limitada ao discurso oficial do Estado. É sobretudo com seu processo de *democratização*, que começa pelos anos 1960, que a instabilidade discursiva se fixa nas Humanidades – não, porém, como algo a ser teoricamente discutido, mas reduzindo a teoria ora a instrumento de reivindicações ora a nicho.

Enquanto um retrato a correr em paralelo do contexto em que Adorno concebeu os textos maiores da *Dialética Negativa e Teoria Estética*<sup>3</sup>, tudo isso nos é bem próximo: uma instabilidade de coordenadas cognitivas ou epistêmicas e, por conseguinte, uma série de impasses judicativos, de uma maneira descompassada associados a um curso acelerado de transformações do espaço acadêmico, cuja pregão democrático serve a obscuros imperativos sociopolíticos e econômicos. Eu não poderia aqui justificar, mas posso sumarizar o que elaborei na tese doutoral: uma epistemologia insuficiente para dar conta da complexidade dos fenômenos culturais é subsidiada por uma metodologia que deposita sua credibilidade na autocorroboração. Isso gera a dificuldade de estabelecer o objeto e a natureza específica do saber humanístico e literário, e daí a consequente circularidade dos meios por suposto adequados para a tarefa. Tudo é enfim ocultado sob uma pedagogia compensatória, que faz da literatura uma terapia coletiva.

A versão propriamente epistemológica da crise diz respeito à natureza do saber dos estudos literários, que se talha conforme as necessidades sociais ou interesses a que corresponde. Procurar uma resposta não implica associar uma utilidade imediata às obras literárias, ou torná-las em instrumentos para disputas sociais, mas pensar um regime de saber coerente com seu lugar institucional. O problema não é tanto a concepção “em si” de literatura, mas as condições de seu estudo. Essas condições passam pelos pilares da “objetividade” da literatura, outrora balizados por figuras como o autor, o texto em si, etc. A moda teórica depende da pulverização discursiva dessas categorias, sem o que o vendedor de ideias prontas-para-vestir não pode servir o cliente. Embora a comercialização de Adorno seja menor, por exemplo, que a de Bakhtin, Derrida ou Benjamin, é óbvio que não está a salvo desse tipo de aplicação instrumental. Nada escapa a essa condição objetiva da reprodução das instituições, que se instala no âmago da

---

<sup>3</sup> De modo mais específico: trata-se da participação ativa do filósofo nas reformas universitárias da Alemanha Ocidental e das questões relativamente às práticas artísticas no pós-guerra. Aqui reporto ao trabalho doutoral em curso de Raquel Patriota, que aborda as condições socioculturais que, no regresso do exílio americano, determinaram de modo concreto novas investidas do pensamento de Adorno.



atividade de produção de saber – a redução do pensamento a *método*, a atalho.


### **A problemática**

A ideia de *crise*, no fundo, alimenta a possibilidade de transformação dos catálogos descritivos das Humanidades. É uma figura discursiva cuja finalidade parece ser a de, por vezes, aproximar *conhecimento* e *experiência social*. Na parte final desse trabalho pretendo considerar alguns sentidos em que isso é necessário. Por ora vou apenas indicar ao menos três pontos em que a obra de Adorno pode cooperar com o processo, que parece estar em curso, senão urgência, de reavaliação de premissas disciplinares.

Adorno produz um diagnóstico da contemporânea *experiência* como sendo limitada por uma espécie de nominalismo epistemológico, derivado da incapacidade do sujeito refletir sobre a natureza objetiva das suas próprias condições. Ele a isso se refere como *figura da consciência limitada*:

a consciência assumiu a figura do individualismo burguês, que, sendo a consciência individual por sua parte mediada pelo universal, toma-lhe como algo derradeiro e por isso atribui o mesmo direito às opiniões dos indivíduos afinal particulares, como se não houvesse nenhum critério de sua verdade. (ADORNO, 2009, p. 38. Com modificações.)

Trata-se da gênese do *relativismo*. A sua crítica visava repensar as coordenadas objetivas das relações entre os artefatos culturais e o sistema social, sem no entanto excluir ou hipertrofiar a mediação do sujeito. Que hoje um juízo esteja sempre e quase espontaneamente obrigado a reconhecer seu “lugar de fala”, por exemplo, comunica antes a naturalização da impotência vivida pelos indivíduos do que o reconhecimento de caráter emancipatório. Ainda que nalgumas circunstâncias seja eticamente motivada, essa ressalva tem um pressuposto epistemológico danoso, na medida em faz passar por autorreflexão o que não é mais do que uma limitação exterior, que a um só tempo (a) assume que “saber” é uma certa capacidade ou vantagem de experienciar os fenômenos e (b) e remete a validade dessa imediatidade a um bojo prévio, a que o indivíduo se imagina vinculado. Não existe gesto reflexivo aí, mas adesão. Embora seu conteúdo fórico seja aparentemente diferente, enunciados como “eu como especialista” (“filósofo, poeta, torcedor do Barcelona”) no contexto de reivindicações de qualquer mais-valia ao tratar de dado assunto são idênticas em sua legitimação das coordenadas sagradas do sistema. Dizem, no seu conteúdo enunciativo: “vocês não-especialistas não estão autorizados” – e



então: “ninguém aqui deve falar sem a autorização do Todo, cuja graça eu, como submisso especialista, alcancei.”

A seguir Adorno, é a debilitação sistemática do pensamento que nos força a remeter condições específicas de interdependência, como “eu enquanto tal”. No texto que escreve com Horkheimer:


A cultura converteu-se totalmente numa mercadoria, difundida como uma informação, sem penetrar nos indivíduos dela informados. O pensamento perde o fôlego e limita-se à apreensão do factual isolado. Rejeitam-se as relações conceituais porque são um esforço incômodo e inútil. O aspecto evolutivo do pensamento, e tudo o que é genético e intensivo nele, é esquecido e nivelado ao imediatamente presente, ao extensivo.(ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 184)

Para se pensar um pouco: o tom de crise de Adorno é o mesmo que o de Mecklenburg, com efeito, mas a motivação é radicalmente outra. Mecklenburg *era* um jovem *acadêmico*, como sublinhei, e talvez ele mesmo buscasse distinguir-se da “vulgarização” da atividade teórico-crítica. O que Adorno e Horkheimer em parte queriam era resgatar à ideia de cultura o seu sentido “formativo” forte, não sendo outro o sentido de sua crítica à noção de cultura como conjunto de objetos. Com efeito é uma posição nostálgica, mais do que simplesmente elitista como se lhes de praxe reputa, exigir o retorno de uma dimensão ética aos artefatos culturais. Mas a nostalgia resguarda do cinismo inerente à relativização de perspectivas, da ideologia da tolerância, da má-fé da complacência.

O segundo ponto diz respeito à recusa a conferir autonomia às concepções de objetividade e validade do saber, e mesmo aos objetos teóricos. Com isso, Adorno se afasta de uma compreensão residual de um “jogo da linguagem” ou encadeamento de formas artísticas e sistemas discursivos pairando enfaticamente sobre as cabeças humanas. A maior implicação dessa indissolubilidade do sujeito é a reintrodução do mesmo tema ético no cerne da epistemologia, e, por conseguinte, nos modelos críticos<sup>4</sup>. Nesse sentido, Adorno pronuncia, contra a típica redução do sujeito a um fator operacional do processo de comunicação, uma palavra de ordem de especial importância para as Humanidades: *é preciso de mais, não de menos sujeito* (2009, p. 42).

---

<sup>4</sup> Talvez seja melhor falar em *modelos* e em *práticas modelares* do que insistir na metáfora gasta da “metodologia”, em se tratando de Adorno e das Letras. De resto, as tentativas de esboçar “métodos científicos” limitam-se a atividades bem afastadas da *liberdade para a crítica* característica da versão liberal-democrática das Humanidades.




O correlato metodológico desse empenhamento é o (variado) bordão da *não-identidade*, categoria que mantém uma tensão com o princípio lógico da identidade. A não-identidade seria aquilo em que a coisa escapa às categorias fechadas do método – não é uma propriedade, mas um aspecto de sua relação com o sujeito.

o conhecimento do não-idêntico também está presente no fato de que justamente ele identifica, mais e de maneira diversa da maneira do pensamento da identidade. Ele quer dizer o que algo é, enquanto o pensamento da identidade diz sob o que algo cai, do que ele é um exemplar ou representante, ou seja, aquilo que ele mesmo não é. (...) A *hybris* consiste em querer que a identidade seja, que a coisa corresponda em si a seu conceito (...) Já no simples juízo identificador, um elemento utópico se associa ao elemento pragmático, dominador da natureza. "X" deve ser aquilo que ele ainda não é. Uma tal esperança articula-se de maneira contraditória com aquilo em que a forma da identidade predicativa é rompida. (ADORNO, 2009, p. 130)

Na medida em que se obriga a referir-se a um outro – às categorias da teoria ou mesmo ao próprio Adorno – o sujeito capitula desse momento particular. Em contrapartida, o modo específico como o filósofo considera o funcionamento das faculdades e a dimensão ética do pensamento teórico não autoriza a reivindicação de autossuficiência de juízos subjetivos individuais, mas antes preconiza sua incompletude radical. É esse o sentido da aspiração à identidade, que se torna perceptível através das próprias limitações da identificação. A operação aí parece algo como a conhecida *différence* derridiana. Adorno e Derrida divergem, se entendi adequadamente o segundo, no *locus* desse registro: para Derrida, na senda de Heidegger, essa seria uma propriedade inerente ao sistema, a “diferença ontológica” que é constitutiva da relação entre *Ser* e *ente*; esse é um empenho “metafísico” derradeiro que Adorno evita ao situar o problema da negatividade como algo social, materialmente radicado, e não fruto do puro conceito (2009, p. 34, 150–151, 160 *et pas.*). Por isso a não-identidade parece ser uma aposta ética e não se pode confundir com nenhuma assombração misteriosa vinda de algum alguém ou além ontoteológico.

A centralidade e a formulação do seu conceito de *experiência*, por fim, cauciona contra essa estabilização de categorias na forma de uma metalinguagem, de um catálogo descritivo que correspondesse a propriedades objetivas discretas e em nome das quais sacrificar a espontaneidade do objeto. O problema é que *definições* são construtos que obedecem a regras pré-fixadas; *conceitos* seriam dotados de uma carga pragmática, não



completamente determinável no campo semântico. A distinção diz respeito, por exemplo, à intransponibilidade da linguística na literatura (DE BRITO, 2015), apesar das importações terminológicas e reduções a que nos habituamos (e.g. “literatura é arte da linguagem”). O fechamento operacional das definições, se é um ganho para o propósito para o qual são formuladas, é uma limitação da *experiência* própria à coisa. Entretanto, o movimento das categorias se entende como um certo realismo do *conceito*: os conceitos surgem de modo empiricamente motivado, transformam-se e ganham consistência através de seus usos, modificam intimamente tanto a coisa conceituada como as próprias relações entre os conceitos que lhes são anteriores, e por fim – tal como as coisas – perdem sua validade e relevância.


A aparente dificuldade da teoria literária pós-Adorno estará em conciliar o aparato terminológico descritivo, que elaboramos sobretudo junto à disciplina Linguística, com a espontaneidade do espírito. A limitação da intuição, por exemplo, que é constitutiva das imagens normativas de ciência – objetividade e rigor, etc. – no senso comum, tem uma razão de ser que não pode ser desprezada: a intuição não consegue se justificar contra o estado objetivo do mundo, como diz Adorno, a burrice. A grande lição de Adorno é como resistir às inércias do pensamento através dessas mesmas inércias.

### **Algumas reelaborações**

Adorno não desenvolveu uma teoria da literatura, e tentar resgatar uma a partir de sua crítica é, senão um trabalho bem pobre diante da complexidade estrutural da contemporânea Teoria, algo que não serviria para muita coisa hoje. Os gestos a que me referi há pouco, porém, ganham em ser reelaborados de maneira mais específica.

A primeira dessas questões diz respeito à validade da crítica literária e de qualquer atividade interpretativa. Na medida em que se oferece um critério ou finalidade desejável, selecionam-se também os meios necessários. Se é um tipo de conhecimento, o estudo de uma obra literária deve esclarecer-se a respeito de sua natureza e fins específicos, e em vista deles considerar as subseqüentes seleções, isto é, do que se deve criticar, como e para quê. Para dar um exemplo concreto, um dos caminhos da Teoria é o afastamento das questões de representação e significação em nome do reconhecimento dos mecanismos particulares de funcionamento de obras em contextos históricos e na recepção sincrônica. Isso implica não apenas a mobilização de dados históricos, mas sobretudo uma tarefa especulativa, que converte a historiografia literária num problema teórico. Quando






questões de poética histórica se perspectivam num quadro mais amplo de teoria da cultura, a possibilidade de ancorar a obra nalgum substrato referencial necessariamente leva além da interpretação, e, portanto, para além de questões de foro restrito, semântico-pragmáticas ou apenas “judicativas”. A empresa em si exige um esforço do pensamento que seja capaz de opor-se à imensa massa de conceitos e definições, críticas e dogmas e fantasmagorias que dão liga ao discurso teórico, à crítica literária, e, em suma, ao universo das Letras.


Para exemplificar a discussão, seria possível oferecer um particular “nó”. Uma tradicional forma de afastar a crítica literária dos problemas “científicos” das Letras consiste em opor atitudes proposicionais *de dicto* a atitudes *de re*, como recente me objetaram numa comunicação sobre a prática filológica enquanto modelo para a crítica literária. *Grosso modo*, *de dicto* implica uma restrição da validade da proposição ao universo semântico, enquanto *de re* implica a relação a um referente extralinguístico. A crítica literária não é “verificável”, seus juízos remetem tão-só a condições semântico-pragmáticas e assim não são “verdadeiros” nem “falsos” – diz o tecnólogo das Letras. O grande problema é que atitudes *de re* são facilmente capturáveis pelo “faz-de-conta” da teorização, na medida em que a descrição de um determinado estado de coisas passa por condições *de dicto* se se quer confrontar com algum outro enunciado proposto. A regressão é, no feijão com arroz pós-wittgensteiniano, infinita. A menos, é claro, que se adote um conceito de “empíria” ainda mais pobre do que a experiência trivial dos homens relativamente à “multiplicidade” de perspectivas. Obviamente não subscrevo aqui nenhum construtivismo, e tampouco quero cobrar o estatuto de “ciência” ao conhecimento da literatura, mas não se pode dar a volta nem prescindir daquilo que é progressista no nominalismo. Não é possível pensar ou negar-se a partir do abstrato – ou é, mas não há aí resultados se se quer encontrar uma resposta para algo concreto.

A segunda questão atina para as limitações inerentes aos modelos explicativos. Se conforme a primeira precisamos ancorar a obra nalgum “real” extralinguístico, não é preciso pensar muito mais para perceber o preço a pagar pela excessiva *linguisticização* dos estudos literários. Mais do que a elaboração de novas ferramentas descritivas ou suposta criação de conceitos, interessa antes refuncionalizar a parafernália teórica no sentido de promover uma reflexão sobre a *experiência* que a literatura é hoje capaz de mediar. A análise sincrônica de objetos, que é uma forma de *interpretação*, só se assimila



ao conhecimento enquanto parte de um processo de negociação de categorias, isto é, quando atinge uma situação que não se limita a um universo cognitivo privado. Devo fazer aqui uma pequena distinção entre a *interpretação* como afazer de profissionais literários, em contextos acadêmicos, e os *gestos interpretativos* da comunicação cotidiana. É fácil notar o espectro de funções que a interpretação possui na práxis universalizante: na saída do cinema, por exemplo, as opiniões oferecem ocasião para a interação e reconhecimento recíproco; na leitura conjunta de textos, ou no comentário posterior, à partilha de valores; por vezes, para que se chegue a uma solução prática com base no cotejo com uma situação narrada, etc. Só na academia a interpretação poderia libertar-se desses imperativos e funcionar de um modo que não corrobore o mero curso do mundo – e, no entanto, é justamente aí que corre o risco de tornar-se um fim em si mesma, ou, no melhor dos casos, um “ganha-pão”.

Como e por que se vê o que se vê, o que na obra se *concretiza* de um modo diferente hoje e no passado, que conteúdos sociais se sedimentam numa obra, o que surge no processo – esses são gestos inquisitivos com que a obra de Adorno pode contribuir, em lugar do hábito emergente de injetar de temas sociológicos em objetos teóricos estropiados. Num exemplo concreto: para que serve a literatura na escola, quando o próprio modelo escolar de exposição e avaliação promove a atrofia, por assim dizer, precisamente daqueles órgãos da recepção literária? Essa seria a aplicação à didática de um problema teórico: como conceber uma obra literária como dotada de uma “alteridade”, de algo insolúvel no presente, mas de modo relevante para a nossa relação com a história? É possível nutrir uma concepção não-semântica e não-semiótica dos artefatos culturais, cuja implicação é desobrigar ou “suspender” o teor assertivo ou proposicional dos enunciados interpretativos, enfatizando sua natureza circunstanciada. Essas proposições suspensas têm um teor de verdade de “segunda ordem”, na medida em que não são simples questão de perspectiva mas aspectos de uma condição fragmentária e coisificada da experiência social. Nesse sentido, “marcar” os discursos com categorias sociais predeterminadas é contribuir com a homogeneização desses aspectos, e não tanto contribuir com o *reconhecimento* como condição de emancipação – apenas obedece os imperativos do próprio sistema, que se perpetua assim. Não vale a pena reduzir a literatura às opções de educação moral, ratificação das injustiças estruturais ou consolo ou meio para que os homens se reconectem a alguma verdade que lhes estivesse imediatamente



disponível “dentro deles”.

Acabei por referir-me à terceira questão como uma implicação da segunda. Para dizê-lo de outro modo: é preciso entender a atividade teórica como a necessidade de *remediar* as relações de literatura e sociedade. Mais concretamente, a questão não me parece ser a de como perfumar Machado de Assis para que seja lido por pessoas cuja experiência espiritual se restringe à cultura de massas ou, inversamente, como conferir relevância acadêmica a essa cultura. Tudo isso parece obedecer a um princípio de identificação normativa, resvalando na participação compulsória. Ao contrário, é precisamente a experiência de estranhamento que ainda se pode fazer dessas coisas aquilo que é de relevo para a sociedade, na medida em que as “formas estáveis do mundo institucionalizado”, como as chamava Iser (*apud* GUMBRECHT, 1998, p. 82), são aquilo que agrilha os sujeitos ao ser-assim-e-não-de-outro-jeito do mundo. A literatura talvez torne os sujeitos aptos a tocar, com as próprias mãos, aquilo que homens e coisas são – não lhes faz moralmente melhores, mas lhes dá meios e modelos e um sentido ético para reestruturar sua própria experiência.

Em suma, é preciso colocar a crítica como condição preliminar da Teoria, e não, como já ensinou um dos antigos catecismos, como uma etapa posterior à análise pretensamente objetiva. Nem como ensinam os novos catecismos, em que *crítica* só detém o primado na medida em que é imediatamente comensurável com interesses de “representação”. A única crítica que ainda diz algo é aquela que se dirige ao mundo corrente, e entender como a literatura se entrelaça à ordem de coisas e em que sentido dessa mesma ordem escapa – se ainda é esse o caso – é o que interessa. Do contrário, os impulsos para algo melhor, que podem existir mesmo nos mais obtusos lugares-comuns, vão se ver rendidos à inércia discursiva. O que a literatura ainda pode ser e dizer ou fazer aos homens é sempre mais do que aquilo que o mundo fez deles, e a obra de Adorno sugere vias para pensá-lo junto à Teoria Literária.



### Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2010.

\_\_\_\_\_. *Camões: Labirintos e Fascínios*. 2ª ed. Lisboa: Cotovia, 1999.

DE BRITO, Matheus. Semiótica ou Estética: considerações sobre a epistemologia das Letras. *Revista Estudos Linguísticos*, v. 44, n. 3, p. 1409–1419, 2015. Disponível em: <<http://coimbra.academia.edu/MatheusdeBrito/>>.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Corpo e Forma*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

\_\_\_\_\_. Response: An End to Literary Theory. *Journal of Literary Theory*, v. 1, n. 1, p. 212–216, 2007.

RÜEGG, Walter (Org.). *History of the University in Europe. Vol. IV: Universities since 1945*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011.

SCHMIDT, Siegfried J. Interpretation: Sacred cow or necessity? *Poetics*, v. 12, 1983.